

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR LITORAL
CHRISTOPHER SMITH BIGNARDI NEVES

**COLETIVO LEQUE “ARROMBANDO” AS POSSIBILIDADES:
DIVERSIDADE SEXUAL, MOVIMENTO LGBT E EDUCAÇÃO.**

MATINHOS

2011

CHRISTOPHER SMITH BIGNARDI NEVES

**COLETIVO LEQUE “ARROMBANDO” AS POSSIBILIDADES:
DIVERSIDADE SEXUAL, MOVIMENTO LGBT E EDUCAÇÃO.**

Artigo apresentado ao curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Questão Social pela Perspectiva Interdisciplinar, da Universidade Federal do Paraná, Setor Litoral, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista.

Orientador: Prof. Me. Jamil Cabral Sierra.

MATINHOS

2011

Agradeço ao professor Jamil Cabral Sierra por orientar meus escritos. Aos membros da banca avaliadora Prof. Dr. Marcos Cláudio Signorelli e Profa. Me. Juslaine de Fátima Abreu Nogueira. Ao Coletivo Leque por aceitar ser descrito neste trabalho, em especial à pessoa de Guilherme Geraldo Gonçalves Souza. Aos familiares e colegas.

RESUMO

Este trabalho pretende, com base nos Estudos de Gênero, nos estudos sobre sexualidade e nas teorizações foucaultianas, problematizar a constituição de movimentos LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis) dentro da esfera universitária. Para tanto, tomo como objeto de análise o Coletivo Leque, grupo LGBT criado na Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral que, desde 2010, vem se constituindo como grupo de militância LGBT na universidade. A partir das ações desenvolvidas pelo grupo, esse trabalho faz, num primeiro momento, uma discussão sobre a noção de sexualidade, tendo em perspectiva que sexo-sexualidade-homossexualidade são criações sócio-históricas recentes. Logo depois, há uma discussão sobre a noção de identidade gênero e de como essa categoria tem marcado a história no movimento homossexual no Brasil. Num terceiro momento, parte-se para uma breve retrospectiva sobre a constituição do movimento homossexual no Brasil e de como tal exercício de militância tem agido no combate à homofobia e às violências de gênero e sexuais nos ambientes não só escolares, mas também sociais. Para finalizar, há uma análise do Coletivo Leque e de suas principais ações realizadas até o momento.

Palavras-chave: Diversidade Sexual. Movimento LGBT. Educação.

1 INTRODUÇÃO: SEXUALIDADE, GÊNERO E HETERONORMATIVIDADE

Para o início deste estudo, faz-se necessário dizer que seu objetivo principal é analisar as formas pelas quais a Universidade vem promovendo ações de combate ao preconceito e promoção das políticas de gênero e/ou orientação sexual. A Universidade, atualmente, tem se preocupado em problematizar as questões de gênero e sexualidade, bem como desenvolvido práticas de questionamento da “normalização” do sexo.

A sexualidade não permite definir-se, assim como também não podemos padronizá-la, erro comum conferido constantemente pela sociedade que dita a sexualidade como normal ou anormal. Assim, Kamel (2008) esboça que a sexualidade seja um acatado de conhecimentos, práticas, anseios, vivências correlatas ao ato sexual experimentados ao longo da vida do ser humano.

A sexualidade é pautada pelos acontecimentos históricos, sociais, culturais, científicos, entre outros, que a constroem na vida do presente (FOUCAULT, 1988; GREEN, 1999; TREVISAN, 2000). Sua construção como ciência baseia-se nos conceitos antropológicos, históricos, econômicos, sociais, biológicos, psicológicos e principalmente médicos (BRASIL, 1998). Deste modo, a sexualidade é uma dimensão da vida do sujeito que a vivencia por meio de seus desejos, desde sua infância até sua morte, aderindo a diversas formas de experiências sexuais e prazeres corporais. Assim, a sexualidade também exerce um papel de expressão cultural, expressão esta proferida pela sociedade que dita regras e normas a serem adotadas pelos indivíduos.

Todas essas transformações afetam, sem dúvida, as formas de se viver e de se construir identidades de gênero e sexuais. Na verdade, tais transformações constituem novas formas de existência para todos, mesmo para aqueles que, aparentemente, não as experimentam de modo direto. Elas permitem novas soluções para as indagações que sugeri e, obviamente, provocam novas e desafiantes perguntas. Talvez seja possível, contudo, traçar alguns pontos comuns para sustentação das respostas. O primeiro deles remete-se à compreensão de que a sexualidade não é apenas uma questão pessoal, mas é social e política. O segundo ao fato de que a sexualidade é "aprendida", ou melhor, é construída, ao longo de toda a vida, de muitos modos, por todos os sujeitos. (LOURO, 2000, p. 05).

Mesmo ainda antes do nascimento, a sociedade vê a necessidade de imprimir um sexo à criança que ainda desenvolve-se no útero da mãe, desde este momento há um desejo (principalmente por parte dos pais) de saber se este feto é menino ou menina, assim agimos de maneiras diferenciadas para com estas crianças, de modo

mais emotivo/acolhedor para as meninas e agressivo/liberal para meninos.

Para complementar o exposto utilizo os escritos de Sierra:

[...] quando, por exemplo, ouvimos as futuras mães dizerem – naquelas reuniãozinhas de trocas de experiências e presentes antes de o bebê nascer – que não vêem a hora de saber o “sexo” da criança para assim poderem compor o enxoval azul, se for menino, ou rosa, se for menina; ou quando os pais respondem a perguntas como “mas é menino ou menina”, ou ainda, quando se diz para uma criança coisas como “não, isto não pode, boneca e casinha não são brincadeiras de menino”, uma série de citações são recuperadas e reiteradas de tal forma que, ao serem trazidas à lembrança, elas acabam produzindo o “masculino” e o “feminino” normatizado pela heterossexualidade. (2004, p. 81).

É possível notar que desde pequenos somos orientados a seguir determinados padrões, e como guia para essas regras encontra-se os papéis de gênero, ou seja, para tudo que há se fazer haverá uma questão norteadora, como se fizesse refletir “isso é de homem posso fazer, isso é de mulher não posso” [*sic*]. Isto inicia-se na família e, posteriormente, é reforçado pelas escolas e sociedade.

Esta representação ocorre devido a diferenciação biológica dos sexos, que são transmitidas pela educação (tanto formal, quanto informal), relações familiares, sociais, culturais etc. Esta diferenciação dos corpos vem entrando em pauta diariamente nos âmbitos escolares e sociais, graças às manifestações diversas da sexualidade e quanto ao papel de ser homem e ser mulher na sociedade.

É Martins *apud* Gomes (2008) que nos atenta para o fato de que nos meados do século XVIII ocorreu a diferenciação dos sexos, pois surge à necessidade médico-jurídico de definir/especificar o sexo de cada indivíduo.

Este exemplo acima serve para elucidar que os valores, as expectativas, as verdades sobre o sexo são mutáveis, pois a cada época são produzidos novos conhecimentos que nos remete a uma realidade social do momento ao qual estes conhecimentos estão em produção. Assim, a anatomia influencia a produção do gênero, sendo que é comum considerar características masculinas à homens e femininas à mulheres. É, desta forma, que o gênero pode parecer cruel ao descrever isto como forma natural e real de ser, além de hierarquizar o indivíduo¹.

Gomes (2008), fazendo os usos das ideias produzidas por Scott (1990) nos

¹ Para Bortolini (2008) o conceito de gênero, assim como a sexualidade é uma construção histórica e social. Para que este faça sentido é necessário estabelecer um perfil de sujeito masculino e outro feminino. Esta criação de perfis fez sentido em algum momento da nossa história, logo, este sentido hoje é relativo, pois atualmente estabelecem-se identidades de gênero que não se acomodam no ser masculino e nem no ser feminino. Esta diferenciação de gênero foi imposta pela biologia, que assim como todas ciências são criações do próprio homem.

expõe que o gênero se constituiu por meios históricos, os quais se fazem saber: a expressão surgiu para fazer referência as diferenças culturais entre homem e mulher, tendo sendo utilizado com maior ênfase nos movimentos feministas do último século; as relações de gênero transformaram-se em uma categoria analítica que organiza socialmente as relações entre os sexos.

Judith Butler traz nos escritos de Gomes (2008) que nem gênero e nem sexo são naturais, e sim culturais e discursivos, em que o sexo do indivíduo é firmado por regras da sociedade que reafirmam constantemente (e por diversos meios) os corpos dos sujeitos.

Desse modo, o gênero deve ser pensado primordialmente para que se entenda a maneira tríade das relações, ou seja, homem-mulher, mulher-mulher, homem-homem. Pensando que estas relações de gêneros relacionam-se na sociedade constantemente, as pessoas interagem umas com as outras não apenas para sexo, mas sim para o trabalho, para amizades, encontros sociais, e outros.

Gomes (2008, p. 64) diz que gênero é a expressão da:

[...] construção cultural sobre a organização social da relação entre os sexos, traduzida por dispositivos e ações materiais e simbólicos, físicos e mentais. Gênero refere-se a papéis socialmente construídos e a definição e expectativas [...] para o ser homem e ser mulher.

Gomes (2008) ainda complementa o estudo quando ressalta que: (a) gênero refere-se a atributos culturais, ou seja, ser homem e ser mulher só é possível graças a (re)produção da cultura de determinada sociedade; (b) o masculino só faz sentido após conhecer o feminino, este ou aquele modelo (de gênero) só é possível após uma relação entre ambos, assim a identidade (homem e mulher) se afirma mesmo em relações entre homens-mulheres, homem-homem e mulher-mulher; (c) as relações de gênero são flexíveis, visto que o indivíduo e a sociedade, modificam as características exclusiva de um transgredindo para outro (fazendo assim ampla mutação); (d) é possível refletir sobre as análises de gênero, sendo iguais ou diferentes; (e) identidade social e subjetiva são estruturadas (re)produções de gênero, de classe social e étnica, ou seja, as relações de gênero organizam a identidade social e sexual de determinado indivíduo.

Korin *apud* Gomes (2008) expõe que as definições de gênero são influenciadas por diversos fatores, “[...] tais como raça, etnia, idade, classe social, preferência sexual, momentos históricos e regiões” (p. 66), esta mesma autora

expõe que prefere utilizar os termos masculinidades e feminilidades.

Com base nos estudos de Tilio e de Weeks, Gomes (2008) formulou o pensamento de que nas esferas de gênero a posição que a pessoa adota socialmente (sendo feminina ou masculina) constrói o gênero da mesma, com destaque para as escolhas dos parceiros sexuais.

Assim, de acordo com Gomes (2008), evidencia-se que os padrões de gênero estabelecem barreiras entre homens e mulheres, fato simples para ser exposto é que a dominação masculina sobre a (submissão) feminina ocorre de maneira institucionalizada por meio da heterossexualidade.

Heilborn, Cabral & Bozon (2006) remetem que saber o conceito de ser homem e ser mulher irá favorecer a melhor compreensão da sexualidade. Infelizmente vê-se o homem como sujeito principal do ato sexual, tendo suas necessidades que ser sanadas, enquanto que os desejos sexuais das mulheres são ignorados, como que estas não tivessem desejos, sendo apenas partícipes do ato.

Kamel (2008) mostra que não há na biologia algo que determine o gênero de um indivíduo, assim não se pode afirmar que ter um pênis é garantia de ser um homem, que viverá uma heterossexualidade, bem como um sujeito com características femininas não possa vir a interessar-se por mulheres.

Dinis e Cavalcanti (2008) mostram que há uma hierarquia de gênero que se modifica com a sociedade e, infelizmente, o preconceito, resquício de uma sociedade machista, ainda persiste.

Esse machismo da sociedade contribuiu para o estabelecimento do que podemos chamar de heteronormatividade. Este termo fora criado por Michael Warner, em 1991. Tal conceito se baseia nas raízes na noção de Gayle Rubin do sistema sexo/gênero e na ideia de Adrienne Rich de heterossexualidade compulsória. Samuel A. Chambers tentou teorizar a heteronormatividade como um conceito que revela as expectativas, demandas e restrições reproduzidas quando a heterossexualidade é tomada como normativa dentro de uma sociedade.

Seguindo os pensamentos de Swain, Silva (2010) elabora o seguinte conceito de que:

[...] a heteronormatividade não se relaciona só com sexo. Ela faz parte, e produz, toda uma prática discursiva que trata a mulher como objeto, como não referência, como o elemento negativo da equação binária. Na construção relacional do sexo e do gênero, o gay também pode ser considerado como um não-homem, pois, ao não orientar seu desejo pela norma, escapa do pressuposto da heterossexualidade compulsória; se

afasta e desestabiliza o processo de subjetivação acionado na constituição de uma masculinidade pré-determinada pela verdade da biologia. Se não gosta de mulheres, como provar sua virilidade na relação com outro homem? Aqui, a penetração como demonstração de dominação e superioridade social se torna central, pois, historicamente, o gênero dominado, penetrado, tem sido o feminino. Um homem passivo não pode ser um 'homem de verdade'. (p. 02).

Essa opressão imposta pela cultura heterossexual impede o reconhecimento da homossexualidade como forma legítima de viver a sexualidade, já que a heterossexualidade torna-se a única sexualidade permitida. Esta opressão cultural força os sujeitos LGBT a esconder sua identidade sexual, obrigando-os assim a deixar de exercer sua sexualidade, bem como excluindo-os de direitos civis e jurídicos. Rosa (2010) aponta que há um desrespeito com a diversidade e grupos menores, o que na visão desta autora é uma opressão cultural, tendo as sexualidades destes menosprezada.

Se tomarmos como base os estudos de Barreto *et al* (2009, p. 125), veremos que apresenta-se e reconhece-se hoje, três tipos de orientação sexual:

[...] a heterossexualidade (atração afetiva, sexual e erótica por pessoas de outro gênero); a homossexualidade (afetiva, sexual e erótica por pessoas do mesmo gênero); e a bissexualidade (atração afetiva, sexual e erótica tanto por pessoas do mesmo gênero quanto pelo gênero oposto). As autoras ainda nos trazem o conhecimento de que o termo "orientação sexual" contrapõe-se a uma determinada noção de "opção sexual", entendida como escolha deliberada e supostamente realizada de maneira autônoma pelo indivíduo, independente do contexto social em que se dá. (p. 125)

Conforme vemos na citação acima, homossexualidade é conhecida e aceita pela ciência, porém a justiça ainda encontra empecilhos nas legislações, o que ocasiona na não garantia de direitos civis e jurídicos.

2 CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO HOMOSSEXUAL

O conceito de classificação dos indivíduos e objetos não são reais *per se*, mas sim construções históricas. Assim, não existe fatos em si, mas sim fatos sob determinadas descrições. Enfatiza-se que o conceito de homossexual é histórico e socialmente construído, até porque a própria noção de sexualidade é relativamente moderna.

Foucault (1988) nos diz que a palavra sexo englobou durante muito tempo anatomia, biologia, condutas, sensações e prazeres de modo simplista. Diante disso,

houve a necessidade das definições de termos. Nunan (2003, p 25), aponta que “[...] *sexo, sexualidade, heterossexual e homossexual* não existem independentemente da linguagem que os criou.” (p. 25). E continua a autora: “[...] homossexualidade e heterossexualidade seriam meras identidades socioculturais que condicionam nossas maneiras de viver, sentir, pensar, amar, sofrer, etc., e não uma lei universal da diferença de sexos”. (p. 25). Em suma, o que se denomina de homossexual é fruto de ficção médica e literária. Antes disso, inclusive, os gays já foram denominados de sodomita (com comportamentos monstruosos para a época), depois de uranista (que se imaginavam adoradores da deusa Afrodite Urânia, que representa o amor entre homens).

Trevisan (2000) tem preferência por determinar de homossexual a relação que se estabelece entre as pessoas e não o indivíduo em si, pois assim a pejoração do *viado* carregou de estigma os mais efeminados, dando assim visibilidade à homossexualidade.

Faz-se pertinente o uso das palavras de Louro que diz que

[...] a homossexualidade e o sujeito homossexual são invenções do século XX. Se antes as relações amorosas e sexuais entre pessoas do mesmo sexo eram consideradas como sodomia (uma atividade indesejável ou pecaminosa à qual qualquer um poderia sucumbir), tudo mudaria a partir da segunda metade daquele século: a prática passava a definir um tipo especial de sujeito que viria a ser assim marcado e reconhecido. (2001, p. 542)

Ribeiro *apud* Pontes & Trapel (2008) relata que uma inverdade pré-estabelecida é que homossexuais seriam doentes ou heterossexuais frustrados. Na data 17 de maio de 1990, a Organização Mundial da Saúde na ONU, deliberou que a homossexualidade não é um distúrbio (doença) e a retirou de seus manuais.

Dinis & Cavalcanti (2008) complementam o que diz Louro, ou seja, colocam que a construção do sujeito homossexual é também uma construção histórica, pois explicam que foi na década de 1870 que os psiquiatras começaram a construir a noção de um sujeito homossexual e, com isso, estabelecer a homossexualidade como um objeto para ser analisado. Os autores apresentam também uma curiosidade, onde mostram que a palavra heterossexual só surgiu em 1892, ou seja, aproximadamente vinte anos depois da constituição do termo homossexual.

Trevisan (2000) aponta que a sociedade moderna transformou o/a sexo/sexualidade em grupos de pessoas, ou seja, haverá entre os indivíduos aqueles que desejam e os desejados, os gays e os héteros, os vigias e os vigiados,

os casados e os solteiros, todos numa teia que se entrelaçam, formando uma base sexual. Trevisan (2000, p. 46) relata que a família do século XIX tornou-se claramente “uma rede de prazeres-poderes articulados segundo múltiplos pontos e com relações transformáveis” (p 46). Para completar esta rede, as escolas e as clínicas psiquiátricas, assim como a família faziam parte desta rede de prazer e poder.

O autor ainda relata que o sujeito homossexual não faz a opção de sua sexualidade². Trevisan (2000) faz uma comparação com as dúvidas pelas quais passam adolescentes ao aceitar uma sexualidade diferenciada, o autor inquire que a extrema maioria de homossexuais não fizeram um opção de sexualidade, a opção que tiveram foi a de que se assumiam ou não determinada identidade sexual.

Quanto ao surgimento do personagem homossexual, Foucault (1988) relata o seguinte:

Essa nova caça as sexualidades periféricas provoca a incorporação das perversões e nova especificações dos indivíduos. A sodomia - a dos antigos direitos civil ou canônico - era um tipo de ato interdito e o autor não passava de seu sujeito jurídico. O homossexual do século XIX torna-se uma personagem: um passado, uma história, uma infância, um caráter, uma forma de vida: também é morfologia, com uma anatomia indiscreta e, talvez, uma fisiologia misteriosa. Nada daquilo que ele é, no final das contas, escapa à sua sexualidade. (...) A homossexualidade apareceu como uma das figuras da sexualidade quando foi transferida, da prática da sodomia, para uma espécie de androgenia interior, um hermafroditismo da alma. O sodomita era um reincidente, agora o homossexual é uma espécie. (1988, p. 43-44)

Sobre isso, complementa Sierra:

E é justamente no momento em que passam a ser coisa, um tipo passível de tratamento, que as sexualidades periféricas, como a homossexualidade, por exemplo, passam a compor um campo extremamente útil do saber, o que aproxima, sobremaneira, as relações de poder com o sexo e inscreve, no corpo de mulheres e homens, as marcas de comportamentos ligados à “perversidade”, à loucura, à monstruosidade e sedimenta nestes prazeres polimorfos a idéia de que são, todos eles, doenças do instinto sexual: anormalidades. E, assim, se infiltrando na estranheza destas práticas, o poder joga com o prazer na produção de técnicas de gerenciamento do corpo e de nosso sexo. É deste jogo que são produzidas as sutilezas de um poder que, através do prazer em exercer o controle, o questionamento, a fiscalização, a vigília se deixa inebriar pelo gozo que condena e persegue e, por isso, estimula-o a manifestar-se, a espetacularizar-se a todo tempo. (2004, p. 96).

Surgiu então a figura clínica do *homossexual*, termo lançado originalmente em

² Para estudos sobre genética vide: MESA, Angela M.E. et al. **¿Se nace o se hace? Repertorios interpretativos sobre la homosexualidad en Bogotá**. In Revista de Estudios Sociales nº 28, dez-2007, p. 56-71

1869, na Alemanha, pelo médico austro-húngaro Karl Maria Kertbeny. Desde então, amplamente utilizado pela ciência, inclusive no Brasil.

Em vista disso, as pessoas são catalogadas/rotuladas pela maneira como elas se desviam do padrão. A identidade gay não é possível a todos os homossexuais. Nunan (2003) apresenta estudos de Knopp para demonstrar que é mais fácil para homossexuais brancos e de classe média/alta assumirem-se gays. Essa identidade gay é fundamental para o movimento homossexual/LGBT (que, em maioria, é realizado pela classe média/alta), servindo como estratégia para aquisição de direitos.

Costa (1995) *apud* Nunan (2003) mostra que a identidade é

[...] sempre pontual, provisória, e estabelecida como em reação a contingências pessoais, sociais e históricas [...] a identidade gay é um processo de devir que depende das descrições e crenças históricas que temos do assunto. (COSTA, 1995 *apud* NUNAN, 2003, p. 118).

A construção da identidade gay é influenciada pelo meio social que o indivíduo está inserido, ou seja, cada indivíduo terá uma identidade diferente do outro, por exemplo: se um sujeito mora na área central ou periférica de uma cidade (grande ou pequena), se este indivíduo frequenta uma universidade e, caso frequente, em que área de saber (humana ou exata/técnica/agrícola). Estes fatores sociais vividos pelo sujeito irão contribuir para o estabelecimento das diferentes identidades.

Nunan (2003) diz que “[...] a identidade de um indivíduo está em permanente construção” [e] “designa tudo aquilo que o sujeito experimenta e descreve como sendo ou fazendo parte do *self* [...]”³ (p. 120. Isso “[...] não é objeto em-si, mas é construído socialmente, através de um acúmulo de experiências e crenças [...]” (p. 120).

Assim como Trevisan (2000), Nunan (2003) reconhece que a homossexualidade em si não é uma escolha, a escolha porém é tornar-se gay, ou seja, adotar a identidade gay. Sair do armário (*Coming out of the closet*) é desafiar o discurso sexual hegemônico. A autora ainda relata que a angústia proveniente do sujeito homossexual, não deriva da descoberta, mas sim da rejeição que sofre/sofrerá. Interessante é a observação feita por Nunan. Diz a autora que

[...] mesmo tomando a precaução de revelar sua homossexualidade a indivíduos que acreditam ser menos preconceituosos, ao fazê-lo os

³ Segundo Vallandro (2002, p. 430), *self* significa “o conhecimento do próprio eu”.

homossexuais estão se arriscando a perder conexões humanas valiosas, sobretudo com familiares e amigos íntimos. (2003, p. 127)

É Jacobs *apud* Nunan (2003) que descreve a comum cena de homossexuais serem agredidos (tanto física quanto moralmente), sofrerem chantagem e serem expulsos de casa por seus pais/parentes. Por este motivo, os homossexuais assumem a identidade gay somente após terem conseguido a independência financeira. Nesse momento, entra o papel dos amigos, que aceitam o sujeito com mais facilidade do que os familiares. Para que esta aceitação social seja positiva para ambos é necessário tempo, informação e compreensão, pois até mesmo para os homossexuais o tempo é uma ferramenta necessária para a adaptação aos novos fatos.

Este fato, o de assumir-se homossexual perante outros, é benéfico para o sujeito nos âmbitos psíquicos e físicos, já que este poderá viver sua vida livre das opressões (se é que é possível), pois assim a vida dupla fica deixada para trás, possibilitando relações sexuais e emocionais efetivas.

Após assumir-se, o sujeito homossexual posiciona-se em favor de sua sexualidade e, em casos não raros, passam a “condenar”, “reprovar”, “estigmatizar” a heterossexualidade. Sendo assim, o sujeito que antes era oprimido agora se põe em condição de igualdade, requerendo seus direitos, não aceitando o desrespeito. Os homossexuais não aceitam ser reduzidos e menosprezados, por este motivo passam a fortalecer a comunidade gay organizada, pois assim adquirem conhecimentos de seus direitos e reduzem os conhecimentos errôneos impostos pela heteronormatividade.

Nunan (2003) nos diz que sob o ponto de vista da sociedade heterossexual masculina “[...]a homossexualidade (que é a dominação do homem pelo homem) é considerada ou uma doença mental ou a perturbação da identidade de gênero que ameaça a manutenção da superioridade social do sexo masculino” (p. 132). Isto faz relembrar a questão socialmente imposta de que homem é ativo/dominante e a mulher passiva/dominada, associando a imagem do sujeito homossexual à figura da mulher. No Brasil, pode-se afirmar que mais importante do que o parceiro sexual é o papel sexual.

Green (1999) mostra em seu estudo as diversas identidades sexuais, citando as *bonecas* (homossexuais que imitam mulheres), *bofes* (os homens que não se consideravam homossexuais, hoje comumente denominados de HsH), *bichas*

(homossexuais efeminados, também chamados de *viados* e *pintosas*), *tias* (homossexuais velhos, frequentemente sustentam rapazes em troca de sexo), *rapazes* (os sustentados) e os *homossexuais* (não se enquadravam em nenhuma das categorias anteriores). Na década de 1960, o termo *entendido* (“uma persona pública mais resguardada”) ganha força, depois de ficar 20 anos “em incubadora”. Parker *apud* Nunan (2003) faz uma comparação do *entendido* com o *do babado* utilizado no século XXI.

Trevisan (2000) complementa que o conceito de identidade homossexual no Brasil é anterior a década de 1940, pois a partir destes idos começou-se a colocar em segundo plano a dicotomia entre ativo-passivo, bicha-bofe. Enquanto a díade bicha-bofe era predominante na classe operária/popular, na classe média/alta o conceito era de identidade gay.

Lukenbill *apud* Nunan (2003) demonstra que após o fortalecimento do movimento homossexual, a luta é constante por proteção legal e aceitação por parte dos heterossexuais, gerando assim maior visibilidade. Deste modo, os homossexuais, como grupos distintos, desenvolveram diversas identidades homossexuais com bases políticas, sociais, psicológicas, culturais e econômicas, tendo sido ressignificados de forma positiva graças à criação de uma subcultura própria e a adoção de determinados padrões de consumo.

Para elucidar esta situação, Green (1999) nos traz que a criação da subcultura homossexual decorre da identidade comum entre homossexuais que fica fortalecida por meio do território em que se encontram e pelo comportamento social que demonstram, aliado a hábitos, linguagem, humor, entre outros.

Alguns passaram a usar roupas e estilos que serviam de indicativos de suas predileções sexuais e projetavam imagens efeminadas a fim de veicular sua disponibilidades para interações sexuais e sociais com outros homens. (...) As roupas, costumes e códigos desses homens indicam que haviam construído uma identidade social comum ligada ao comportamento sexual. Alvo de desprezo pelos profissionais de saúde e pela sociedade de forma geral, ainda assim demonstravam uma resistência surpreendente ao manter múltiplas formas de se socializarem, enquanto desafiavam o comportamento normativo da sociedade brasileira. (GREEN, 1999, p. 106).

Logo, pode-se perceber que os sujeitos homossexuais se apropriaram de uma identidade gay, que fez mudanças notáveis na sociedade. Essa visibilidade gay faz com que a homossexualidade saia das “trevas” e ganhe espaços sociais e políticos, como se faz notar na área educacional.

3 A CONSTITUIÇÃO DO MOVIMENTO HOMOSSEXUAL

Nunan (2003) vê como é importante conhecermos os prazeres, os espaços sociais, os espaços de lutas políticas e as subculturas de homossexuais. Green (1999) divide cronologicamente os fatos históricos de homossexuais nesta fase contemporânea, que são: 1898-1914, 1920-1945, 1945-1968, 1969-1980 e 1980-2002.

A luta pela promoção dos direitos homossexuais data do século XIX (na Europa), mas em 1924, nos Estados Unidos, o movimento retorna às ações por meio de organizações políticas e sociais que visavam melhorar as condições de vida dos gays e lésbicas, trabalhavam de forma discreta, o que perdurou até 1960. Então, no final de 1960, decidiram mudar a terminologia de movimento homossexual para movimento gay, pois a antiga denominação estava carregada de estigmas. Vejamos a observação de Green:

Para muitos, o termo “gay” não carregava uma conotação pejorativa. Para outros, tinha um significado chique e internacional. Além disso, o movimento internacional tornara-se um ponto de referência no fim dos anos 80 para todas as organizações, conforme os sentimentos nacionalistas e antiimperialistas perdiam a força. (1999, p. 446-447).

Em 28 de junho de 1969, ocorreu outro marco da história do movimento gay, em que policiais tentaram fechar o bar Stonewall Inn, localizado em Greenwich Village, em Nova York. Os policiais foram atacados pelos homossexuais com garrafas e pedras, ao que a polícia pediu reforços, assim a cidade parou para ver a briga entre policiais e gays, que prolongou-se por cinco dias. A partir disso, o dia é comemorado como o Dia Internacional do Orgulho Gay. Foi depois de Stonewall que o movimento gay passou a centrar as suas reivindicações em direitos e proteções.

Green (1999) relata que no primeiro período, a cidade do Rio de Janeiro (que vivia o que ele denomina de *belle époque*) já possuía o primeiro gueto gay do país e, ao redor deste gueto, todo um comércio voltado para homossexuais. Parker *apud* Nunan (2003) aponta que já existia desde esta virada de século uma subcultura homossexual.

No segundo período, segundo Green (1999), os homossexuais já tinham acesso a inúmeros locais de socialização, desde bares e cafés a hotéis para transas oportunas. Ele também registra que desde esta época havia homossexuais que

sobreviviam da prostituição ou de empregos mal remunerados, foi então que surgiu os primeiros escritos sobre homossexuais (estes escritos seguiam a mesma linha de pensamento que corria na Europa), feitos por médicos, criminologistas e juristas, colocando os homossexuais em dois níveis, a saber, os “homens verdadeiros” (ativos, penetradores) e as bichas (passivos, penetrados). Estes estudos foram reforçados por psiquiatras, pela família, igreja e, claro, a sociedade. Assim, foi proposto por alguns médicos a “cura” da homossexualidade, que consistia na confinamento em clínicas psiquiátricas ou até mesmo em presídios desativados (TREVISAN, 2000).

No terceiro período, de 1945 a 1968, ocorreu a construção do papel de gênero e a Revolução Sexual, ocasionando também os questionamento entre homens verdadeiros e bichas. Surge a Turma OK, que iniciou atividades no fim da década de 50 e atuou toda década de 60. A Turma OK reunia-se semanalmente para ouvir música e conversar (NUNAN, 1999). Um dos problemas enfrentados por homossexuais neste período foi a chantagem e a perseguição por parte dos policiais, que agiam em repressão à “vadiagem”, “atentado ao pudor” e “ofensa à moral e aos bons costumes”, assim as travestis eram duramente reprimidas, com base no “Conceito de decência pública”, alguns carregavam consigo *habeas corpus* para que pudessem transitar nas ruas (TREVISAN, 2000). Visto que naqueles idos não existia o conceito *friendly*, os homossexuais apropriavam-se de alguns locais comerciais (bares, cafés, lojas) e também do espaço urbano (praças, ruas, praia). Esta conexão entre rua-casa gerou, segundo Green (1999), uma contra-casa que se constituiu por locais de proteção à homossexuais. Há de se mencionar que nos anos 50 o público homossexual não tinha acesso a revistas homoeróticas e os textos literários (romances) eram restritos. Em 1963, surge O Snob, um jornal que era distribuído informalmente e de modo gratuito (existindo até o ano de 1969, num total de 99 números), após este surgiu até 1969 mais de 30 publicações do gênero.

Para Green (1999), o quarto período ficou caracterizado pela grande violência devido à ditadura militar. Neste período, surgiu a identidade gay e o movimento pelos direitos homossexuais (a construção da identidade gay começou em 1950, fortaleceu-se na década de 60, mas somente estabeleceu-se em 70). Nunan (2003) aponta que o movimento gay internacional, que fomentava “[...]a auto-afirmação como meio de suprir a discriminação[...]” (p. 49) repercutiu com maior velocidade chegando ao Brasil – porém este movimento firmou-se na década de 90. Outro fato

importante para movimento homossexual foram os movimentos políticos e sociais de esquerda, ou seja, a luta de classes predominava sobre as lutas de gênero e raça. (NUNAN, 2003; GREEN, 1999).

Surge em 1978 o Somos: Grupo de Afirmação Homossexual, o primeiro grupo organizado que lutava pelos direitos dos homossexuais (TREVISAN, 2000; NUNAN, 2003). Conforme as organizações foram aparecendo no contexto social, as publicações também cresceram, porém estas publicações científicas não focavam a homossexualidade como patologia e sim como um comportamento sexual. Surge também publicações (midiáticas) voltadas ao público homossexual. Em 1976, surge o Gente Gay, Entender, Gay Society e Mundo Gay, todas publicações não tiveram sucesso por más administrações, ocasionando o fim de todas. (NUNAN, 2003).

Porém, em 1978, paulistas e cariocas fundam o Lampião da Esquina, jornal mensal que circulava nacionalmente para o público homossexual. O Lampião abordava questões, como descreve Nunan (2003), sobre “[...] sexualidade, machismo, discriminação racial, artes e ecologia, através de notícias, entrevistas, contos, ensaios e informações sobre locais de socialização homossexual [...]” (p. 51). Infelizmente, como outras publicações do gênero, o Lampião da Esquina teve seu fim em junho de 1981, três anos após a edição experimental.

Diversos teóricos oficializam o movimento homossexual brasileiro somente após a criação do Somos, ou seja, 1978. Outros grupos ainda foram fundados na década de 1970-1980, mas também tiveram seu fim antes do ano 2000. O grupo Gay da Bahia ainda permanece em atuação, tendo como fundador o antropólogo Luiz Mott.

Um marco histórico da homossexualidade no Brasil (e no mundo) é a “chegada” da Aids ao país. O primeiro caso data de 1980, na cidade de São Paulo, porém a chegada oficial da Aids no Brasil ocorre em 1983, ocasionando mobilizações de caráter emergencial. Os grupos gays da época tinham como foco a prevenção e atendimento aos soropositivos. Nesta época, referiam-se à Aids como o “câncer gay”, “peste gay”, pois a doença ficou caracterizada por “doença homossexual”. Nunan (2003) aponta que nesse clima de apreensões (e medo), o Estado e o movimento homossexual unem esforços para combater a doença.

Esse enfrentamento da doença fez com que se formassem comunidades homossexuais com ideias diferentes. Na década de 70 e 80 retornam ao movimento, agora não para lutar por uma identidade sexual, mas, sim, por uma participação

social e solidária.

Nunan (2003) mostra que “[...] em vez de se deixarem discriminar, os homossexuais tomaram as rédeas da situação, demonstrando a incapacidade da sociedade de lidar com as diversas expressões da sexualidade humana [...]” (p. 53).

Trevisan (2000) expõe que:

Graça à AIDS, nunca se falou tão abertamente da homossexualidade, o que trouxe efeitos positivos para a luta pelos direitos humanos e sua necessária visibilidade social. No entanto, o movimento homossexual correu o risco e em muitos casos resultou demasiadamente atrelado á luta contra AIDS, restringindo sua ótica e seu espaço. (p. 370)

O HIV no início reforçava a visão moralista da sexualidade. Como os primeiros casos de Aids foram detectados em homossexuais, acreditou-se que o vírus fosse exclusivo de gays⁴. A Aids impunha ao indivíduo um mecanismo de culpa pela sua “sexualidade desviante”, causando pânico de portar o vírus. Esse horror era gerado também pela aparência do doente em estado terminal, os corpos cadavéricos e com manchas (como Cazuzza apareceu na TV, dias antes de vir a óbito). Medo era o sentimento de certos indivíduos com a possibilidade da Aids revelar sua homossexualidade. Trevisan (2000) traz a metáfora de que “homossexualidade pega”, pois “pegar AIDS” significa ter contato com o desvio⁵.

Como mostra Nunan (2003) “[...] a AIDS incitou uma discussão que vai além da doença em si [...], entrando em questões tais como moralidade e diferença sexual [...]” (p. 53), ou seja, a Aids possibilitou que houvesse uma educação sexual nas escolas, na igreja, na família, no Governo, na mídia, e outros. Contudo, as campanhas de saúde pública fomentaram discussões acerca das práticas e preferências sexuais.

Sobre isso, Sierra ainda argumenta:

Exemplo deste controle sobre a população é o surgimento da Aids que, no Brasil, começa a aparecer em 1980, e que estimulou a produção de medidas biopolíticas que reforçaram o saber-poder sobre o sexo e, por extensão, sobre a vida. Entendida como epidemia, a síndrome vai engendrar todo um saber que se debruça no esforço de escancarar nossas sexualidades em busca das “causas” e efeitos do vírus. Estes saberes – visando o corpo, o uso deste corpo, os prazeres deste corpo – institucionaliza medidas preventivas de higiene sexual e toda uma campanha é armada para convencer as pessoas a se prevenirem. Entra em cena a camisinha e com ela a plastificação do sexo. Encaparam o sexo. Neste processo, as-os homossexuais começam a ser alvo das flechadas

⁴ A Aids chegou a ser chamado de Gay Related Immunodeficiency – Imunodeficiência Relacionada à Homossexuais

⁵ Mesmo com tentativas para conscientizar, visto que a Aids ficou estigmatizada como doença de gays.

dos saberes médico-científicos, que (até recentemente) entendiam a Aids como uma doença ligada à homossexualidade, uma espécie de “peste gay”. Assim, a Aids se estabelece, na década de 80, como falha moral dos sujeitos homossexuais e cada vez mais a culpabilidade sobre a doença recai sobre os ombros de gays, lésbicas..., já que, por estar associada ao comportamento sexual, vê-se a doença como resultado de irresponsabilidade, prevaricação, despudoramento, obscenidades no exercício da sexualidade, reforçando a necessidade do casamento heteromonogâmico como medida de impedimento do vírus. (2004, p. 98)

Como disse Trevisan (2000), nunca se falou tanto sobre os gays como na era da Aids, o que o movimento homossexual não conseguiu em vinte anos, o vírus o fez em poucos anos.

De fato, graças à AIDS, qualquer cidadão/ã de todas as idades, nos locais mais distantes e independentemente de sua orientação sexual, pôde se informar, de maneira inédita pelo constante impacto, o que é ser homossexual, como se pratica a homossexualidade e, mais ainda, onde homossexuais se encontram. (TREVISAN, 2000, p. 463)

Apesar de a Aids não ser uma “doença homossexual” ela ainda é uma questão importante para estes indivíduos, que precisam lidar com o fato de que os mais velhos perderam amigos e companheiros/namorados, os mais jovens tem de aceitar que a prevenção contra a doença fará parte de suas vidas, o estigma e o preconceito heterossexista equivocado de que todo gay é soropositivo ainda persiste, em suma, a Aids ainda ressoa no universo gay.

O movimento homossexual ganhou força após os anos de 1990, pois a epidemia da Aids já tinha amainado, em 1993 criou-se o grupo Arco-Íris de Conscientização Homossexual. Este grupo carioca adotava a noção de identidade gay que vigorava nos movimentos homossexuais estadunidenses. Em 1995, surge a ABGLT – Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis, com sede em Curitiba. A ABGLT procura coordenar as ações dos grupos homossexuais em todo país. Também neste ano a cidade do Rio de Janeiro sediou a 17ª Conferência da ILGA – Associação Internacional de Gays e Lésbicas.

O ativismo mudou as metas e, agora, tendem a ocupar espaços públicos, políticos e adotam a mídia como aliada neste processo. As organizações alcançam de melhor forma a conscientização social por expressarem a discriminação e violência que sofrem. Assim estas organizações têm um papel fundamental na construção de comunidade gay. Os ambientes do grupo oportunizam a formação de amigos e de parceiros sexuais e, em alguns, auxiliam na busca por emprego, oferecem uma educação sexual adequada, mobilização comunitária e entre outros.

Ainda na década de 1990, o movimento homossexual concretizou a Parada Gay, um modo de afirmação positiva da homossexualidade. Inicialmente (em 1995), a Parada Gay de São Paulo teve poucos participantes, chegando a apenas dois mil participantes em 1997. Hoje a mesma faz parte do calendário de eventos da cidade e do país, visto que aglomera mais de cinco milhões de pessoas, o que movimenta diversos segmentos, tais como: hotelaria, gastronomia, moda, arte/cultura, lazer/turismo, e outros. Outro centro econômico importante do país, Rio de Janeiro, não possui a mesma estrutura física e financeira que a Parada Gay de São Paulo, talvez por este fato o número de participantes seja menor, mesmo sendo Rio de Janeiro a cidade com maior fluxo de turistas.

Este novo século, ainda que com muitas mudanças sociais que não apresentasse no início direitos concretos à homossexuais, hoje não apresenta uma proteção legal. O que se vê é a preocupação de Comissões de Direitos Humanos com os homossexuais, também preocupados estão os profissionais de saúde (resquícios da epidemia da Aids), e ainda que pequeno, mas em ascensão, os profissionais da educação.

Há em diversas Leis Orgânicas Municipais e Estaduais, além da Constituição Federal de 1988, um item que prevê a não-discriminação por orientação sexual, seguindo uma linha jurídico-social. Um importante ganho jurídico conquistado pelo movimento homossexual é que o INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social, passou a pagar pensão a homossexuais em decorrência do falecimento do cônjuge, podendo também solicitar auxílio reclusão (quando o cônjuge é preso). Projeto de Lei que mais causou debates foi o que Marta Suplicy, eleita como deputada federal, com muitos votos de homossexuais, propunha a Parceria Civil Registrada. O projeto seguia padrões internacionais, tendo sido implementados na Alemanha, Bélgica, Canadá, Dinamarca, Finlândia, Holanda, Islândia, Noruega, Suécia e Suíça – ordenados alfabeticamente (NUNAN, 2003).

Nunan (2003) utiliza do estudo de Moritz para expor a questão de que “[...] estes direitos não são disputas religiosas e nem morais, mas sim questões legais[...]” (p. 125). Porém, nem sempre isto ocorre, bancadas evangélicas e católicas, se unem contra qualquer projeto que favoreça em algo os homossexuais, contudo os brasileiros parecem aprovar legislações que igualem homossexuais e heterossexuais. A autora crê que o movimento homossexual deve ficar em ações que vivem o “[...] respeito á diversidade e o direito à cidadania [...]” (p. 125).

3.1 MOVIMENTO HOMOSSEXUAL E EDUCAÇÃO: PARCERIAS

A educação sexual pode-se assim dizer é uma ramificação do processo de ensino-aprendizagem, onde pode-se agir num campo que após a repressão passa por um momento de avanço, possibilitando além de estudos e análises de casos, a vida plena do indivíduo, onde vive-se o prazer, e questiona-se o prazer (questiona-se sem o impor, sem o reprimir, questionamentos para uma felicidade pública).

Em estudo que aborda as produções referentes a sexualidade no Brasil, Silva & Megid Neto (2006) relatam que a primeira produção sobre sexualidade data de 1977, que foi uma dissertação de mestrado, apresentada e defendida na Unicamp. As autoras veem que a produção da pesquisa só foi possível pois, provavelmente, houve abertura política no país.

As autoras Silva e Megid Neto (2002) ainda apresentam que no período que marca a mudança do século XX para o século XXI (1998-2001) apenas 33 defesas sobre sexualidade e educação foram encontradas, nota-se que o maior número de estudos sobre sexualidade são encontrados na região sudeste e sul do Brasil, representando para o estudo das mesmas 74,6%, outro dado fundamental daquela pesquisa é que “[...] 43% dos trabalhos foram defendidos em Faculdades/Institutos/Centros e/ou Departamentos de Educação” (p. 190).

Yara Sayão (1996), em texto publicado no Boletim GTPOS – Grupo de Trabalho e Pesquisa em Orientação Sexual nos traz que em 1995, sob uma coordenação do MEC, teve início a elaboração dos PCN, que se iniciou após a análise da sociedade, pois detectaram questões sociais emergentes, que as disciplinas comuns não abrangiam, os PCN então em construção viriam a substituir o currículo mínimo comum então em vigor. Baseado em princípios construtivistas os PCN “valoriza o desenvolvimento de diferentes capacidades para a utilização crítica e criativa do conhecimento”. (p. 01) A dignidade da pessoa humana, a igualdade de direitos, a participação e a co-responsabilidade pela vida social, norteiam todos os conteúdos propostos. Para Sayão (1996), a inclusão da Orientação Sexual nos PCN representa o respaldo legal, para que se efetive os trabalhos voltados ao tema, bem como um avanço do ensino no país.

Outro ganho do movimento homossexual é a aprovação da Declaração dos Direitos Sexuais que foi aprovada durante o XV Congresso Mundial de Sexologia ocorrido em Hong Kong (China), entre 21 e 27 de agosto de 1999, na Assembléia

Geral da WAS - World Association for Sexology.

Segundo Martins (2010), 2.745 gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais morreram assassinados no país entre os anos de 1980 a 2006, isso decorrente da orientação sexual e/ou de sua aparência ou orientação sexual. Ainda que o número seja assustador, representa dados oficiais, ao que pode ser muito maior. Martins ainda sugere que atos de preconceito ocorridos no cotidiano são milhares de vezes maior que o número exposto, como sabemos dos inúmeros casos de *bullying* nas escolas brasileiras como também na Europa, o que demonstra que ainda em países desenvolvidos há preconceito relacionado à homossexuais, ou seja, a homofobia.

Com o advento dos movimentos sociais, principalmente em prol de LGBT também favorece ações do governo, as sociedades civis organizadas vem solicitando/reivindicando inúmeros direitos e ações que visem à garantia de liberdade do indivíduo.

Desde a Conferência Mundial de Direitos Humanos, realizada em junho de 1993, na cidade de Viena, setores do Poder Público brasileiro e entidades de defesa de direitos de minorias iniciaram um movimento de definição de ideais, medidas e metodologias a serem aplicadas em âmbito nacional. Tais resoluções buscavam um lugar de comunhão entre a política interna do país com a Declaração e Programa de Ação de Viena, consensualmente reconhecida pelo Brasil na Conferência. À elaboração de uma *Agenda Nacional de Direitos Humanos* seguiu-se, em 1996, o lançamento de um *Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH I)*. Em 2002, a implementação do PNDH II, seguida pelo *Programa Brasil sem Homofobia*, representa um avanço das políticas sociais, que têm como fundamento, o posicionamento do Estado brasileiro em uma perspectiva internacional. Isto não só aponta, como destaca o compromisso nacional com uma política que vise à redução do preconceito e discriminação contra minorias sexuais. (GUIMARÃES apud , MURAT & BILATE, 2010, p. 03).

Os homossexuais resistiram historicamente aos regimes de repressão e aos sistemas de poder (FOUCAULT, 1988). Inclui-se aí que a partir de 1980, alguns setores universitários e até mesmo o movimento homossexual, se opuseram ao ato de “assumir-se”, oposição ao “sair do armário”, crendo Trevisan (2000) que seria necessário primeiramente criar “artefatos de fixação de identidades” (p. 36).

Assim numa ação de retrocesso político, substitui-se o “sou homossexual” por “estou homossexual”, buscou-se inclusive criar uma curiosa categoria/terminologia, a do “homoternurismo”, também nesses anos de 1980 que fixou-se uma questão, “o ‘bissexual seria um heterossexual que transa com homem ou um homossexual que transa com mulher?”. (TREVISAN, 2000, p. 40).

Ocorre também que Tonatto & Sapiro (2002) relatam esta visível falta de

estudos, penetrando por este meio de estudos e sua escassez, as autoras interrogam educadores, e comprovam que os profissionais de escolas vêem a necessidade de abordar as questões relativas à sexualidade no ambiente escolar, porém não têm subsídios científicos para efetuar um bom trabalho.

Homoafetividade é outro termo que tomou a mídia e os estudos de sexualidade. Freitas (2010) diz que as uniões homossexuais estão tornando-se cada vez mais comum e por conseqüência deve ser regulamentada. Assim Dias *apud* Freitas (2010) escreve que “as uniões dos homossexuais são vínculos afetivos e, por isso, merecem ser inseridas no Direito das Famílias, cujo âmbito de abrangência é a identificação de um elo de afetividade” (p. 07), e Dias (2010) ainda elabora o conceito de homoafetividade, onde:

não há como deixar de reconhecer que a expressão ‘homoafetividade’ acabou por ser incorporada ao vocabulário jurídico. Passou-se, agora, a falar em filiação homoafetiva, e até a ser preconizado o surgimento de um novo ramo do Direito: Direito Homoafetivo, estando a surgir muitos escritórios especializados nesta área. (DIAS, 2010, p. 01)

A sociedade civil organizada vem requerendo múltiplas ações do Estado, tais como as descritas abaixo que fazem parte da Carta Espírito-Santense de Educação LGBT. O evento foi um espaço onde se pode refletir sobre métodos possíveis para superar o desafio que representa o preconceito e avançar na direção de uma educação que de fato inclua a diversidade sexual, a carta elaborada em 2010 pelo Conselho Estadual de Diversidade Sexual – SINDIUPES, solicita ao Poder Público:

[...] a criação de programas de combate à lesbo-homo-bi-transfobia, em favor de educadores/as em seus ambientes de trabalho; implementação de ações que comprovem o respeito ao estudante e não discriminação por orientação sexual e/ou identidade de gênero; apoio e articulação as proposições nas casas legislativas que proíbam a discriminação decorrente de orientação sexual e/ou identidade de gênero e promovam os direitos humanos de LGBT; estimulação ao desenvolvimento de políticas públicas para a diversidade sexual e promoção e exigência da formação continuada e qualificação de educadores/as para uma educação mais inclusiva para o público LGBT; monitoração das implementações das deliberações da I Conferência Nacional LGBT; acompanhamento do 3º Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH3 e do programa “Brasil sem Homofobia”; implementação do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT; execução da Política Nacional de Saúde Integral de LGBT; políticas públicas que assegurem a educadores/as LGBT garantias e direitos trabalhistas e previdenciários; estímulos a pesquisa e a promoção de conhecimentos que contribuam com o reconhecimento da cidadania LGBT; respeito as relações homoafetivas ou conjugalgidades homoeróticas e desconstrução da heteronormatividade;. (SINDIUPES, 2010, p. 1-2).

4 COLETIVO LEQUE: “ARROMBANDO” AS POSSIBILIDADES

O coletivo Leque surgiu no decorrer do ano de 2009, quando acadêmicos de diversos cursos, juntamente com professores da Universidade Federal do Paraná, Setor Litoral, perceberam a necessidade de debaterem questões de gênero e sexualidade no contexto sócio-educacional universitário.

A criação deste coletivo somente foi possível graças ao trabalho de alguns professores que, por meio das, Interações Culturais e Humanísticas (ICH) e do Projeto Político Pedagógico (PPP) do Setor Litoral, consolidaram o tema dentro da esfera acadêmica local. .

O Setor Litoral foi criado no dia 1º de junho de 2004, quando o Conselho Universitário da UFPR promulga a resolução nº39/04 e estabelece, no artigo 4º, que “a organização administrativa e didático-pedagógica do *Campus* do Litoral serão definidas em Regimento próprio”.

No ano de 2005, a UFPR Litoral se instala no município de Matinhos, com ideais emancipatórios, propondo a redução de hierarquias, com vistas a auxiliar no desenvolvimento sócio-econômico e cultural local. Para isso, houve a necessidade de firmar parcerias com diversas instâncias governamentais, de nível Federal, Estadual e Municipais.

O Setor Litoral prevê em seu Projeto Político Pedagógico (PPP), a formação plena do indivíduo, sendo este um ser integral, responsável pelo desenvolvimento sustentável e compatível com a dignidade humana e a justiça social. Ainda neste sentido, estabelece que o acadêmico se pautar na crítica, na investigação, na proatividade e na ética, sendo responsável pela transformação da realidade.

A democracia também faz notar-se no PPP do Setor Litoral, bem como o projeto de ações coletivas em que os sujeitos sejam os próprios protagonistas, rompendo com a fragmentação do conhecimento e das relações pedagógicas. Assim, entende-se que o PPP privilegia os processos culturais dos indivíduos, fornecendo suporte para criação de interações em diferentes espaços. Estas interações ocasionam o diálogo, e a articulação teoria-prática.

O diálogo é um método muito utilizado na UFPR Litoral. É dialogicamente que se constroem as propostas dos cursos, as câmaras técnicas e de curso e as Interações Culturais e Humanísticas (ICH).

Nota-se que as ICH apresentam-se como um espaço em que os acadêmicos,

professores e a comunidade trocam informações, realidades e possibilidades de ação.

As ICH possibilitam a integração dos acadêmicos de todos os cursos juntamente com a comunidade externa, representando no mínimo um quinto da carga horária dos diversos cursos da instituição, a fim de buscar um olhar sobre as problemáticas culturais e humanísticas de nossa contemporaneidade.

É desse contexto e a partir das discussões nas ICH que surge o Coletivo Leque. Inicialmente, em 2009, sob a mediação do Professor Jamil Cabral Sierra, ocorreram duas ICH sobre o tema gênero e sexualidade. No segundo semestre de 2009 e no primeiro semestre de 2010 realizaram-se duas atividades, como o nome de “Gênero e Sexualidade no Cinema Contemporâneo”, em que, a partir de filmes sobre o universo LGBT, se desenvolvia uma discussão sobre as questões ligadas à diversidade sexual. Os diversos filmes foram debatidos por gays, lésbicas e heterossexuais, o que pode figurar como ação inicial para, mais tarde, vermos sedimentada a criação de um coletivo LGBT na universidade. No segundo semestre de 2010, a ICH proposta foi “Gênero, Sexualidade e Poder”, que debatia as opressões de gênero, bem como as relações de poder que estruturam os dizeres e práticas da heteronormatividade. Assim como na ICH anterior, havia participantes gays, lésbicas, héteros, o que enriquecia o debate sobre o tema na universidade. Em 2011, a ICH muda novamente de nome, utilizando agora as três letras da sigla “ICH” para formar o título “bICHa - Transgressão, Gênero e Políticas Sexuais. Essa ousadia tinha como objetivo chamar a atenção dos acadêmicos e possíveis participantes para a atividade, bem como promover, de certa forma, a total saída do armário da atividade. Nesse sentido, cartazes foram espalhados pela instituição convidando as pessoas para participar da ICH, porém alguns deles foram arrancados por indivíduos que se sentiram ofendidos com a proposta do grupo. Este fato não gerou demais problemáticas, já que se fez respeitar as diversas propostas existentes de ICH. Ao término do ano de 2010, aconteceu o FICH – Festival das Interações culturais e Humanísticas, que é um evento em que acontecem as apresentações das ações feitas em todas as ICH do ano. Assim, o Coletivo Leque apresentou a **Carta Manifesto FICH 2010**, carta esta elaborada pelos participantes da ICH e que, funcionaria, como uma espécie de “carta de instauração” do Coletivo Leque, uma vez que, nesta carta, já havia uma série de elementos que marcaria as ações do grupo dali em diante. Como a maioria das pessoas que fazia parte da ICH

também estava envolvida com o coletivo, a carta lida diante de todos funcionou não só como resultados das ações da ICH daquele ano, mas também como processo deflagrador para a constituição oficial do Coletivo Leque da UFPR Litoral. Nesta carta constava que após dois anos de ICH, foi possível estruturar o coletivo, que como mencionado, tinha como objetivo a garantia de uma universidade que acolhesse LGBTs e promovesse os direitos estudantis desses alunos.

Ambientando os demais, a carta diz que a sociedade sente-se incomodada com LGBT, além de disseminar pela mídia que o fato de ser homossexual mereça repulsa e até violência física⁶. Graças as ICH foi possível que os estudantes se unissem nesta causa, expandindo o Coletivo Leque para outro *campus* da instituição (em Curitiba), motivo que orgulha os membros por ser este o primeiro coletivo LGBT da UFPR nestes seus 100 anos. Apoiados em Foucault, Butler, Preciado, Sedwig, Wittig, Rich e Halbertan o coletivo conclui que

Nenhuma identidade é fixa, imutável, estável. Nenhuma sexualidade é natural, ontológica, universal. Nenhum gênero é seguro, confortável, unívoco e inequívoco. Nenhum desejo é biológico, verdadeiro, gratuito. (INFORMATIVO LEQUE, 2011, p. 8).

Esta conclusão foi possível pois o coletivo se estrutura em livros e artigos científicos, que fazem do grupo mais do que um grupo de estudo, mas sim um grupo de ação política, pois além de lerem e estudarem, eles participam de eventos, como o 8º ENUDS⁷, bem como promovem atividades políticas, como a palestra com a transexual Rafaelly Wiest, presidenta do Grupo Dignidade.. Além disso, o grupo faz reuniões fora das ICH, bem como festas, debates e leituras de textos.

Após a leitura da Carta Manifesto, o palco foi ocupado por “Raika Sputnik”, que apresentou uma performance artística vestida de *drag queen*⁸ sobe ao palco para impressionar os participantes que ali estavam, recebendo aplausos e assovios, se houve vaias não foi possível ouvi-las. Após este fato, o coordenador do FICH, professor Rodrigo Mengarelli, retoma a apresentação do festival perplexo devido ao espetáculo recém acontecido, solicitando que alguém suba ao palco para consertá-

⁶ Ver mais em Neves (2011).

⁷8º ENUDS – Encontro Nacional Universitário da Diversidade Sexual – realizado em Campinas, onde o coletivo organizou uma caravana, uma vez que a universidade disponibilizou um ônibus para o transporte dos mesmos. No ano de 2009, os membros participaram do 7º ENUDS, realizado então em Belo Horizonte, porém nesta participação não existia ainda a organização do coletivo

⁸ Peres (2009, p. 236) diz que “[...] as transgêneros são pessoas que se caracterizam esteticamente por orientação do gênero oposto, não se mantendo o tempo todo nesta caracterização, como o fazem as travestis e as transexuais. Como exemplos destas últimas podemos elencar as/os transformistas, as drags queens, os drag kings etc.”

lo, pois o mesmo havia sido danificado devido às peripécias da *drag queen*.

Em 2011, o Coletivo Leque elabora o “Informativo Leque”, Edição 00. Um tablóide que apresenta além da **Carta Manifesto FICH 2010**, apresenta os seguintes conteúdos: a) uma entrevista com o diretor da UFPR Litoral, professor Valdo Cavallet; b) uma reprodução de entrevista com Beatriz Preciado; c) um artigo do professor Jamil Cabral Sierra; d) outros dois artigos (um do acadêmico Jeferson Issac e outro de Josiane Medeiros); e) cinco charges do cartunista Laerte Coutinho. Passo, agora, a descrever cada um desses conteúdos.

As charges de Laerte retratam o cotidiano de **Muriel**, sua personagem que, como o autor, é transgênero. Laerte assumiu sua condição trans próximo de completar 60 anos, o que gerou espanto e acompanhamento da mídia, por este fato as suas publicações foram reduzidas, assim Laerte também faz parte do rol de leituras básicas do coletivo, pois nem só de estudos vivem os membros, é necessário também alegrar o espírito, inclusive LGBT.

Nas charges disponibilizadas, o autor mostra ações diárias de uma transexual, tais como: o medo (devido à aceitabilidade de sua identidade), o preconceito (de si e de outros), o início da nova identidade assumida, a mudança do nome real para o nome social, as vestimentas de uma transexual perante a sociedade heteronormativa, e as mais diversas interpretações disponíveis.

O artigo “**A lâmpada, o deputado e o kit**”, publicado originalmente no jornal Gazeta do Povo, em 19/04/2011, pelo professor da UFPR Litoral, Jamil Cabral Sierra, traz em seu bojo que a luta do movimento homossexual de 1980/90 e a luta de gênero em 1960, tiveram que mostrar que a AIDS não era uma doença gay e que mulher não se resume aos cuidados do lar e dos filhos, isto ocasionou na luta política e teórica LGBT, que no momento trava debates contra interesses e doutrinas religiosas, interesses estes que chegam a quebrar lâmpadas em homossexuais na cidade de São Paulo⁹, assinam travestis nas esquinas, “tudo em nome de Deus”, como diz o autor. Assim como faz o deputado federal Jair Bolsonaro (PP-RJ), que aliado às bancadas evangélicas na Câmara dos Deputados, conseguiu sob pressão que a presidenta Dilma Rousseff vetasse a distribuição do kit anti-homofobia produzido pelo MEC. Sierra aponta que o kit anti-homofobia poderia vir a mudar a realidade no país em alguns anos, graças a investidas positivas dos professores,

⁹ Ver mais em Neves (2011).

garantindo, quem sabe, uma escola livre da homofobia.

O artigo **“A fábrica de machos e a política do ânus castrado”**, de Jeferson Issac faz uma extensa crítica à heteronormatividade e suas implicações, fala em nome do Coletivo Leque das dificuldades que o grupo teve para se implantar devido ao grande preconceito que ainda há no contexto acadêmico, a ponto dos sujeitos LGBT serem vistos, como diz o autor, como “aberrações”. Assim, Issac enfatiza que os conceitos da sociedade contemporânea só é o que é pelo fato de que foram elaborados por homens, brancos, ocidentais e heterossexuais, e estes saberes e poderes permeiam ainda em inúmeras instituições. Com os dizeres de Norbert Elias no livro “Os estabelecidos e os outsiders” é fácil perceber que os termos depreciativos e infamantes são produzidos pelos “machos de plantão”, em que os homossexuais não têm como revidar porque sentem-se membros destes grupos estigmatizados e inferiores.

É justamente neste ponto que Issac gostaria de chegar, para poder tecer sobre os preconceitos e noções de superioridade que acontecem na UFPR Litoral. O autor pretende travar uma guerra contra a heterossexualidade obrigatória, convidando heterossexuais masculinos para fazer parte do bICHa!, já que não há homens héteros no grupo, o que mostra, segundo o autor, como esses “homens” não pretendem abrir mão da dominação e da ocupação política que possuem. Ele ainda vai mais longe, dizendo que, assim, os “machos” não veem o ânus como uma possibilidade de prazer, “se ‘castram’ analmente” para continuar sendo “homens”. (ISAAC, 2011, p. 2).

O Coletivo Leque entrevistou o diretor do Setor Litoral, professor Valdo Cavallet, que expôs que em sua vivência já observou a consolidação de diversos movimentos sociais, que para ele todos tem sua importância, inclusive o movimento LGBT, pois para o diretor a identidade que move o sujeito. E, para a construção desta identidade, diz ele que é fundamental o conhecimento de diversas teorias, assim o sujeito adquira uma capacidade crítica e reflexiva sobre si e seu papel na sociedade, possibilitando a sua emancipação. O PPP da UFPR Litoral, por meio das ICH e outras metodologias, propõe que a emancipação do indivíduo ocorra mediante o dialogo e a confrontação de cultura, pois para ele não existe uma cultura superior e outra inferior, mas sim, como diz Valdo Cavallet citando Edgar Morin, “povos de culturas diferenciadas”.(CAVELLET, 2011, p. 4-6).

O professor ainda diz que ele, como sujeito heterossexual, pode auxiliar na

emancipação LGBT desde que o indivíduo dialogue com outros e não aceite a posição que ele coloca (como sujeito heterossexual), pois assim como o movimento LGBT a construção de si é histórica, como não deixa de ser histórica a construção do Coletivo Leque, que com o apoio de professores tiveram o cuidado de estruturar um dialogo educacional. Quanto ao FICH 2010, crê o professor Valdo Cavallet que a apresentação da *drag queen* foi uma ação de formação do indivíduo, um ato educativo, de reflexão, pois na época era visto nos noticiários os casos de homofobia, e o impacto que isso gerou dentro da universidade culminou com a apresentação, portanto em outro momento isso poderia ser descontextualizado, diferentemente do que foi, uma manifestação que exigia os direitos do indivíduo. O professor ainda faz uma crítica ao marxismo que se diz democrático, sendo que não aceita o “olha diferente”, sendo o marxismo então um autoritarismo.

Cavallet diz na entrevista que é a favor de qualquer lei que criminalize as discriminações, incluindo aí o PLC 122/2006. Ele aponta que a homofobia começa com agressões verbais indo até à violência física. E neste ato o professor mostra que a criminalização é útil, pois ainda quando criança a educação pode mostrar-se eficiente, porém no sujeito adulto a mesma pode não ser uma ação exclusiva.

Finalizando a entrevista, o diretor se põe à disposição dos diálogos com o Coletivo Leque, e vê que o “jornal” produzido pode auxiliar na ação educativa, ele ainda parabeniza os acadêmicos do coletivo por se colocarem como protagonistas, sendo fundamentais para emancipação de si e de outros que poderá surgir.

A repercussão deste informativo ocorre não apenas nas dependências da UFPR Litoral, e no *campus* Curitiba,. A tiragem de mil exemplares, financiada pelo Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UFPR, possibilitou a distribuição gratuita do mesmo em diversos espaços, como na Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá, e levados espontaneamente por alguns acadêmicos aos mais variados espaços sociais e institucionais.

Faço notar um pequeno conflito gerado pelo susto com o e-mail de contato do informativo: arrobameucu@hotmail.com. Esta forma de contato ofendeu alguns leitores que pensam que o Coletivo Leque foi longe demais ao utilizar tais termos de “baixo calão”. Em conversa com membros do coletivo, pode-se ter a noção que este e-mail era proposital, para que gerasse discussão e causasse impacto, num gesto de provocação política. As páginas expõem uma tonalidade rosa na parte superior e inferior do informativo, remetendo assim à feminilidade do Coletivo, sendo utilizado

pouca cor azul. Pois, desta forma, se tem a noção de que a cor azul remete à masculinidade e, conseqüentemente, à heteronormatividade.

Após este informativo, como resultado da ICH do primeiro semestre de 2011, o Coletivo Leque propõe a realização do 1º ERUDS – Encontro Regional Universitário da Diversidade Sexual (Região Sul), que está sob a organização dos membros. Espera-se que este evento traga maior credibilidade ao coletivo, tornando-o mais conhecido no âmbito nacional como entidade que lutou, que se consolidou e concretizou um evento de tal importância, um evento que visa suprir problemas encontrados por outro grupo que, por demais motivos, não realizou o 9º ENUDS em tempo hábil. Assim, o 1º ERUDS será a entrada triunfal do Coletivo Leque nas grandes ações que hão de vir. Este evento que será realizado entre os dias 25, 26 e 27 de novembro de 2011, nas dependências da Universidade Federal do Paraná, setor Litoral.

Uma das mais recentes ações do Coletivo Leque foi a fala de três membros na Parada da Diversidade Sexual de Curitiba, que no ano de 2011 teve como tema “Estamos ao redor do mundo”. Os membros chamaram atenção para a politização do ato, confrontando com as ideias de que a parada é somente um ato festivo, a fala ainda convidou os presentes para participarem do 1º ERUDS, esta fala de pouco mais de três minutos rendeu visibilidade significativa ao coletivo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se vislumbrar que o Coletivo Leque se diferencia, sob esta perspectiva, que devido a sua composição, extrema maioria homossexuais assumidos e politizados, pelo alto nível de escolarização, mais que pela caracterização de classe média. Tornam a identidade reivindicada em uma identidade aceita socialmente.

O Coletivo Leque faz com que a homossexualidade seja parte dos “direitos humanos”, relacionando o preconceito à LGBT como sendo um problema social. Defendem a homossexualidade como uma característica que os unem, não sendo superiores, porém também não aceitam ser inferiorizados. Ou seja, os sujeitos do coletivo têm em comum o fato de serem homossexuais, e portanto firmam laços de amizade a partir deste pressuposto. E ainda, eles não são melhores que os heterossexuais, mas também não são piores. Requerem direitos, pois também

enquadram-se no perfil de cidadãos, sendo iguais perante as legislações vigentes. Eles não são pessoa jurídica, nem tem vínculos institucionais com a UFPR, mas sim são formados por alunos e docentes da mesma, dando assim uma identidade institucional ao coletivo.

Esse entendimento que os membros tem sobre si mesmos e sobre a diversidade sexual e suas teorias, conferem à eles a idéia da defesa da homossexualidade pública.

Entre os partícipes do Coletivo Leque, há uma divisão invisível entre os que executam as partes burocráticas da organização enquanto outros fazem as defesas teóricas da homossexualidade em ações externas. Ainda assim, caracterizam-se por uma instituição de caráter reivindicatório.

Anjos (2000) utiliza do conceito do que ela denomina de “capital cultural”, que nada mais é do que uma fluidez sobre saberes, como ciências sociais, de gênero, sexualidade, e outros entre os membros do Coletivo.

Assim este alto capital cultural, aliado ao capital social faz com que o Coletivo Leque enfrente a sociedade heteronormativa em prol da cidadania LGBT e trave uma luta contra as estigmatizações.

As ações do Coletivo Leque modificaram a visão dos homossexuais perante a visão dos heterossexuais da instituição. Foi graças ao FICH 2010, à participação no 7º e 8º ENUDS, às idas dos membros às Paradas Gays e demais eventos ligados as causas LGBT, a confecção do informativo, todo esse conjunto de ações fez com que a UFPR Litoral saísse definitivamente do armário.

O Coletivo Leque começa a escrever uma história que promete ser de sucesso para o grupo e seus membros que estarão preparados/as para as diversidades da vida, sendo também local para fortalecer as redes de contato e desenvolver-se nos âmbitos LGBT.

6 REFERÊNCIAS

ANJOS, Gabriele. Homossexualidade, direitos humanos e cidadania. In **Sociologias**, Porto Alegre, ano 2, nº 4, jul/dez 2000, p. 222-252.

BARRETO, Andreia; ARAÚJO, Leila; PEREIRA, Maria Elisabete. **Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais**. Livro de conteúdo. versão 2009. – Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009.

BORTOLINI, Alexandre. **Diversidade Sexual na Escola**. Rio de Janeiro. Pró-Reitoria de Extensão/UFRJ, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Temas Transversais**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CAVALLET, Valdo. Entrevista com Valdo Cavallet, diretor da UFPR, Setor Litoral. In **INFORMATIVO LEQUE: Coletivo Leque LGBT da UFPR Litoral** Matinhos: S/Ed., Edição 00, 2011. 8 páginas.

DIAS, Maria Berenice. **Homoafetividade: um novo substantivo**. Disponível em www.mariaberenice.com.br/uploads/30_-_homoafetividade_-_um_novo_substantivo.pdf acessado em 15/11/2011.

DINIS, Nilson Fernandes; CAVALCANTI, Roberta Ferreira. Discursos sobre homossexualidade e gênero na formação em pedagogia. In: **Pro-Posições**, v.19, n.2 (56) – maio/agosto 2008. p. 99-109.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. 13ª Edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FREITAS, Joabe Pereira. Pecado e punição: a constituição do discurso heteronormativo na fé cristão. In: Encontro Nacional Universitário De Diversidade Sexual, 8, 2010, Campinas. **Anais: Caderno de Resumos: Assimilação x transformação**. Campinas, 2010.

GREEN, James. **Além do Carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do Século XX**. São Paulo: UNESP, 1999.

GOMES, Romeu. **Sexualidade masculina, gênero e saúde**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2008.

HEILBORN, Maria Luiza; CABRAL, Cristiane S.; BOZON, Michel. Valores sobre sexualidade e elenco de práticas: tensões entre modernização diferencial e lógicas tradicionais. In: HEILBORN, Maria Luiza. *et al.* (Org.) **O Aprendizado da Sexualidade: reprodução e trajetórias de jovens brasileiros**. Rio de Janeiro: Garamond, Editora Fiocruz, 2006.

INFORMATIVO LEQUE: Coletivo Leque LGBT da UFPR Litoral. Matinhos: S/Ed.,

Edição 00, jun/2011. 8 páginas.

ISSAC, Jeferson. Afábrica de machos e a política do ânus castrado. In **INFORMATIVO LEQUE: Coletivo Leque LGBT da UFPR Litoral** Matinhos: S/Ed., Edição 00, 2011. 8 páginas.

KAMEL, Luciana. **Diversidade sexual nas escolas: o que os profissionais de educação precisam saber**. Rio de Janeiro: ABIA, 2008.

LOURO, Guacira Lopes. (Org.) **O Corpo Educado: pedagogias e sexualidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria *queer*: uma política pós-identitária para a educação. **Estudos Feministas**, 9(2): 541-553, 2001.

MARTINS, Marcio Andre Conde. Políticas públicas contra a homofobia. In: Encontro Nacional Universitário De Diversidade Sexual, 8, 2010, Campinas. **Anais: Caderno de Resumos: Assimilação x transformação**. Campinas, 2010.

MURAT, André; BILATE, Lucas Ferreira. Notas sobre a cidadania LGBT e a religião na baixada fluminense. In: Encontro Nacional Universitário De Diversidade Sexual, 8, 2010, Campinas. **Anais: Caderno de Resumos: Assimilação x Transformação**. Campinas, 2010.

NEVES, Christopher Smith Bignardi. **O contexto social de LGBT's: implicações na gestão escolar**. (Monografia) 41f. Pós-Graduação em Gestão Escolar. Instituto Superior do Litoral do Paraná, Paranaguá: 2011.

NUNAN, Adriana. **Homossexualidade: do preconceito aos padrões de consumo**. Rio de Janeiro: Caravansarai, 2003.

PERES, Willian S. Cenas de Exclusões Anunciadas: travestis, transexuais, transgêneros e a escola brasileira. In: JUNQUEIRA, Rogério Dinis (Org.) **Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: MEC-SECAD, UNESCO, 2009.

PONTES, Celina; TRAPEL, Adilson. **Gênero e Diversidade Sexual no ambiente escolar** 17f. (Artigo) Graduação em Pedagogia. Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá, Matinhos: 2008.

ROSA, Heloísa Helena de Farias. O processo de reconhecimento de direitos LGBT sob a luz dos direitos humanos e os operadores do direito. In: Encontro Nacional Universitário De Diversidade Sexual, 8, 2010, Campinas. **Anais: Caderno de Resumos: Assimilação x transformação**. Campinas, 2010.

SAYÃO, Yara. A Orientação Sexual nos Parâmetros Curriculares Nacionais. In: **BOLETIN GTPOS**, 8, 1996, São Paulo. p. 01-02.

SIERRA, Jamil Cabral. Homossexuais, Insubmissos e Alteridades em Transe: Representações da Homocultura na Mídia e a Diferença no Jogo dos Dispositivos

Contemporâneos de Normalização. 131f. (Dissertação) Programa de Pós-Graduação em Letras (Mestrado). Universidade Estadual de Maringá, Maringá: 2004.

_____. A lâmpada, o deputado e o kit. . In **INFORMATIVO LEQUE: Coletivo Leque LGBT da UFPR Litoral** Matinhos: S/Ed., Edição 00, 2011. 8 páginas.

SINDIUPES. **Carta Espírito-Santense de Educação LGBT**. In XVII Congresso do SINDIUPES e XII Congresso Estatutário. Aracruz: 2010, 4pag.

SILVA, Regina Célia Pinheiro da; MEGID NETO, Jorge. Formação de professores e educadores para abordagem da educação sexual na escola: o que mostram as pesquisas. In: **Ciência E Educação**, v. 12, n. 2, p. 185-197, 2006

SILVA, Aline Ferraz da. Homossexualidade e Educação: um olhar gay no currículo. In **Fazendo Gênero**, 9, 2010. Florianópolis, Anais, 2010.

TONATTO, Suzinara; SAPIRO, Clary Milnitsky. Os novos parâmetros curriculares das escolas brasileiras e educação sexual: uma proposta de intervenção em ciências. In: **Psicologia & Sociedade**; 14 (2): 163-175; jul./dez.2002

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade**. 3ª ed. ver. e aum. Rio de Janeiro: Record, 2000.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, SETOR LITORAL. **Projeto Político Pedagógico**. Disponível em <http://www.litoral.ufpr.br/sites/default/files/PPP%20-%20UFPR%20-%20LITORAL.pdf> Matinhos: Setembro/2008

VALLANDRO, Leonel. **Dicionário inglês-português, português-inglês**. 26ª Ed. São Paulo: Globo, 2002.

7 REFERÊNCIAS COMPLEMENTÁRIAS

BUTLER, Judith. **Cuerpos que Importam: sobre os limites materiais y discursivos del 'sexo'**. Buenos Aires: Paidós, 2005.

COSTA, Jurandir Freire. **A Construção Cultural da Diferença dos Sexos. Sexualidade, Gênero e Sociedade**, ano 2, n. 3, jun. 1995. p. 3-8.

DIAS, Maria Berenice. **Homoafetividade: um novo substantivo**. Disponível em www.mbdias.com.br acesso em 19/08/2010.

GUIMARAES, Aníbal. O Programa Brasil sem homofobia. In: DUARTE, Luiz Fernando. *et al.* **Valores religiosos e Legislação no Brasil: a tramitação de projetos de lei sobre temas morais controversos**. Rio de Janeiro: Gramond, 2009

JACOBS, Michael P. *Do Gay Men Have a Stake in Male Privilege?* In: GLUCKMAN, Amy. & REED, Betsy. (eds.) **Homo Economics: capitalism, community, and lesbian e gay life**. London: Routledge, 1997. p. 165-184.

KNOPP, Lawrence. *Gentrification and Gay Neighborhood Formation in New Orleans*. In: GLUCKMAN, Amy. & REED, Betsy. (eds.) ***Homo Economics: capitalism, community, and lesbian e gay life***. London: Routledge, 1997. p. 45-63.

KORIN, Daniel. ***Nuevas perspectivas de género em salud. Adolescência Latinoamericana***, 2(2): 67-79, 2001.

LUKENBILL, Grant. ***Untold Millions: secret truths about marketing to gay and lesbian consumers***. New York: Harrington Park Press, 1999.

MARTINS, Ana Paula Vosne. ***Visões do Feminino: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX***. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004.

MESA, Angela Maria Estrada. *et al. ¿Se nace o se hace? Repertorios interpretativos sobre la homosexualidad en Bogotá*. In ***Revista de Estudios Sociales*** nº 28, dez-2007, p. 56-71

MORITZ, Marguerite. *Reframing Gay and Lesbian Media Images: fundamental problems*. In: LESTER, Paul Martin. (ed) ***Images That Injure: pictorial stereotypes in the media***. Connecticut: Praeger, 1996. p. 143-148.

PARKER, Richard. ***Beneath the Equador: cultures of desire, male homosexuality and emerging gay communities in Brazil***. New York: Routledge, 1999.

PARKER, Richard. ***Corpos, Prazeres e Paixões: cultura sexual no Brasil contemporâneo***. São Paulo: Best Seller, 1992.

RIBEIRO, Cláudia. ***A paz também é a gente que faz***. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2002

SCOTT, Joan Wallach. ***Gênero: uma categoria útil de análise histórica***. Educação e Realidade, 16(2); 5-22, 1990.

SWAIN, Tânia Navarro. ***O que é lesbianismo***. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2000.

TILIO, Rogério Casanovas. O jogo discursivo na vida afetiva: construção de masculinidades hegemônicas e subalternas. In: LOPES, Luiz Paulo da Moita. (Org.) ***Discurso e Identidades***. Campinas: Mercado de Letrs, 2003.

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes. (Org.) ***O Corpo Educado: pedagogias e sexualidades***. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.